

ANO II - EDIÇÃO Nº 262 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 11 de abril de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 037/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 03 de abril de 2017, o Ato nº 025/2017, de 07 de março de 2017, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, que cedeu o servidor ANTÔNIO NELZIR ALVES RODRIGUES, Técnico Ministerial – Motorista Profissional, Mat. nº 139616, ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, 9ª Zona Eleitoral do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 231/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando os preceitos da Lei nº 1.818/07, art. 35, §1º, inciso II;

CONSIDERANDO a Decisão acostada nos Autos nº 2017/0701/00125;

RESOLVE :

Art. 1º REMOVER, provisoriamente, o servidor DIVINO HUMBERTO DE SOUZA LIMA, Oficial de Diligências, matrícula nº 126614, da Sede das Promotorias de Justiça de Paraíso do Tocantins para o Cartório da Assessoria Especial Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça, a partir de 6 de abril de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de abril de 2017.

CLENA RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 232/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei

Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça FELÍCIO DE LIMA SOARES para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Palmas – TO, no dia 18/04/2017, Autos nº 0031721-16.2014.827.2729 e no dia 20/04/2017, Autos nº 0000246-08.2015.827.2729.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 233/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR os prestadores de serviço voluntário, no Ministério Público do Estado do Tocantins, nas Promotorias de Justiça indicadas a seguir:

VOLUNTÁRIO	VIGÊNCIA	DIAS/HORÁRIO	UNIDADE DE LOTAÇÃO
Agnes Ferreira Nascimento	De 06/04/2017 a 06/10/2017	De Segunda a Sexta-feira 14h às 18h	28ª Promotoria de Justiça da Capital
Gabrielle das Neves Martins	De 10/04/2017 a 10/10/2017	De Segunda a Sexta-feira 14h às 18h	3ª Promotoria de Justiça da Capital

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00144

ASSUNTO: Prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica para a sede do Ministério Público em Palmas - TO.

INTERESSADAS: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.

DESPACHO Nº 162/2017 – Na forma do artigo 17 da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com o Parecer Administrativo emitido pela Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, acostado às fls. 402-verso, AUTORIZO a emissão da nota de empenho no valor de R\$ 417.049,97 (quatrocentos e dezessete mil, quarenta e nove reais e noventa e sete centavos) para custear as despesas do Contrato nº 020/2016, referente ao fornecimento de energia elétrica para a sede do Ministério Público em Palmas – TO,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

durante o exercício de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, 30 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00144

ASSUNTO: Prorrogação do prazo do contrato nº 021/2016, referente à prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica para Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins – 1º Termo Aditivo.

INTERESSADAS: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

DESPACHO Nº 177/2017 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 7, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com o Parecer Administrativo nº 044/2017, às fls. 431/432, emitido pela Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, com fundamento no art. 62, § 3º, II, da Lei nº 8.666/93, considerando a submissão do contrato em epígrafe aos termos da Resolução nº 414/2010 da ANEEL, AUTORIZO a Prorrogação do prazo do Contrato nº 021/2016, firmado entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e a concessionária ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., referente à prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica para Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins, por mais 12 (doze) meses, a partir de 17 de abril de 2017. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato originário e DEFIRO a lavratura definitiva do Primeiro Termo Aditivo ao citado Contrato, bem como determino a emissão da respectiva nota de empenho.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 7 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 024/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 024/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Processo nº 2011/22539

FATO(S) EM APURAÇÃO: Irregularidades praticadas por Antônio Mota, noticiadas pelo Tribunal de Contas do Tocantins, o instaurou procedimento de ofício para tomada de contas do Município de Aragominas referente ao exercício de 2010, haja vista a omissão do gestor em prestar contas;

INVESTIGADO(S): Antonio Mota e Município de Aragominas-TO.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 02 de fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato nº 043/2013 em Inquérito Civil Público 047/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº.: 047/2017/6ªPJ
INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;
FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85;
ORIGEM: Notícia de Fato Nº 043/2013;
FATO(S) EM APURAÇÃO: Irregularidades ocorridas no Procedimento Licitatório nº 22/2013 (pregão presencial), promovido pela Prefeitura Municipal de Araguaína-TO;
INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Araguaína-TO;
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 20 de Fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato nº 227/2012 em Inquérito Civil Público 049/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº.: 049/2017/6ªPJ
INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;
FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85;
ORIGEM: Notícia de Fato Nº 227/2012;
FATO(S) EM APURAÇÃO: Suposta concessão irregular de diárias pela Câmara Municipal de Carmolândia durante o ano de 2010, por seu presidente, bem como a aquisição de mercadoria, com fracionamento de licitação, no estabelecimento comercial de sua propriedade.
INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Araguaína-TO;
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 20 de Fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Representação Nº 070/2012 no Inquérito Civil Público 069/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº.: 069/2017/6ªPJ
INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.
ORIGEM: Representação Nº 70/2012.
FATO(S) EM APURAÇÃO: Refere-se a supostas irregularidades na aplicação dos recursos provenientes do convênio nº 629679, entre o Ministério de Esporte e o Município de Araguaína - TO, podendo configurar ato de Improbidade Administrativa.
INVESTIGADO(S): Município de Araguaína – TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 24 de Fevereiro de 2017.

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, § 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 060/2016-28ªPJC (2016/20568), autuado a partir de denúncia anônima registrada na Ouvidoria (Procedimento nº 271/2015), dando conta de possível provimento de vagas de cargo da estrutura de pessoal – Agente de Polícia Legislativa – da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins sem a observância de concurso público, tendo em vista que os fatos encontram-se judicializados com o devido acompanhamento do Ministério Público na condição de custos legis em Ação Popular. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 05 de abril de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência à Francisco Vilarino da Silva, do INDEFERIMENTO dos autos do Procedimento nº 264/2007 (2015/4837), tendo como objeto contratação de forma irregular, para cargo efetivo em comissão, onde a requerente pleiteia em face do Estado do Tocantins, o direito de recolhimento do FGTS de todo o período trabalhado, ininterruptamente, como assistente de CAD-6, tendo em vista a ilegitimidade deste parquet em atuar em matéria de interesses patrimoniais e individuais. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 07 de abril de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL 008/17-5ªPJP
INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08
ORIGEM: Notícia de Fato n. 70/2016
FATO EM APURAÇÃO: ocorrência de dano ao patrimônio público e eventual ato de improbidade administrativa na execução e fiscalização do contrato 079/2014 no valor de R\$ 17.400.000,00 firmado entre o Estado do Tocantins e a empresa Alja Ltda
INVESTIGADOS: Estado do Tocantins e empresa Alja Ltda
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 07 de abril de 2017